

ARTIGO

Serviço Social e sustentabilidade: para o protagonismo social na Amazônia

Social work and sustainability: for social protagonism in the Amazon

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves*

Resumo – Este artigo expõe uma sinopse dos estudos do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação), com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). Cujo relato sobre o modo de vida e manejo dos recursos naturais dos povos tradicionais amazônidas, as condições de acesso a bens e serviços sociais, via políticas públicas, revela as formas de resistência e práticas de sustentabilidade para conservação dos ecossistemas em seus territórios, mediante uma multiplicidade de dilemas e desafios impostos pela expansão do capitalismo. A exposição desta experiência visa delinear elementos contributivos para formação acadêmica e de instrumentais técnicos científicos para os profissionais de Serviço Social visando a produção de subsídios que sirvam ao propósito de traçar projetos inovadores para instituição de ações de cidadania para o protagonismo social dos povos da Amazônia.

Palavras-chave: Povos Tradicionais, Sociobiodiversidade, Crise Socioambiental.

Abstract – This article presents a synopsis of the studies of the Interdisciplinary Group of Studies and Development of Social Technologies

*Professora titular aposentada da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, AM, Brasil. E-mail: socorro.chaves@outlook.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4289-225>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72467

Recebido em 15 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 30 de setembro de 2022.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

in the Amazon (Inter-Action Group), with resources from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and the Amazonas Research Support Foundation (FAPEAM). Their report on the way of life and management of natural resources of traditional Amazonian peoples and their access to social goods and services via public policies reveals the forms of resistance and practices of sustainability for the conservation of ecosystems in their territories through a multiplicity of dilemmas and challenges imposed by the expansion of capitalism. The presentation of this experience aims to contribute with elements for academic training and with scientific technical instruments for social work professionals aiming to produce subsidies to design innovative solutions that institute civil rights actions for the social protagonism of the peoples of the Amazon.

Keywords: traditional peoples; sociobiodiversity; socioenvironmental crisis.

Introdução

Este artigo relata, de modo sintético, estudos realizados sobre a realidade da Amazônia pela equipe do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais, o Grupo Interação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), formado por um conjunto de profissionais/pesquisadores, estudantes graduandos e pós-graduandos (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e técnicos de diversas áreas, com maior concentração de assistentes sociais (estudantes e profissionais).

Dentre as constatações sustentadas pela ativa participação investigativa sobre a temática em pauta, é possível atestar, comparado a diversas outras temáticas, um reduzido quantitativo de estudos sobre o modo de vida, as condições de acesso a bens e serviço sociais, via políticas públicas, e as formas de organização socioculturais e políticas dos povos tradicionais. Portanto, tornou-se imperativo o (re)conhecimento da necessidade de prosseguir ampliando as pesquisas, condição que foi viabilizada pelo apoio com recursos e bolsas do CNPq e da Fapeam. Entre as principais finalidades traçadas para os estudos até o ano corrente, destaca-se o compromisso em obter informações qualificadas para efetuar *approaches* analíticos e interpretativos. O objetivo é que eles possibilitem engendrar instrumentais teórico-práticos a fim de enriquecer os processos de formação de competências técnicas dinâmicas para atuarem no fortalecimento das organizações sociais voltadas ao protagonismo dos grupos tradicionais.

A partir de um conjunto diversificado de pesquisas, tornou-se possível identificar uma multiplicidade de grupos sociais, rurais e urbanos, portadores de diferentes saberes, cujas bases socioculturais remontam a práticas ancestrais, coadunadas às formas atualizadas de conhecimentos. Entende-se que os resultados dos estudos podem servir para subsidiar a luta por um novo escopo de políticas públicas na região, que reforce o combate aos

limites de efetividade mediante as complexas problemáticas que se entrecruzam e enraízam-se na região.

Tendo em vista a complexidade da conjuntura atual, a comunidade científica, de um modo geral, e a área de serviço social, de modo particular, aceitam, de maneira ativa e diligente, o desafio de debater os parâmetros técnico-científicos que ordenam as práticas investigativas e as abordagens analíticas. Nesta dinâmica, estão sendo construídas sendas para aprofundar as investigações e exercitar o compromisso ético-político profissional. A sociedade contemporânea se molda sob o signo insustentável da exclusão social; ampliam-se os estudos que visam conhecer os (in)fluxos, as tendências emergentes e as manifestações relevantes na realidade, para estruturar mecanismos de enfrentamento da crise socioambiental. Portanto, tornou-se imprescindível proceder aos estudos instrumentalizados pelo conceito de sustentabilidade, a partir da perspectiva de ecodesenvolvimento, criado por Ignacy Sachs na década de 70 do século XX, que em seus pressupostos sociopolíticos possibilita traçar um balanço crítico no plano das comunidades na Amazônia.

O lócus, em termos de abrangência trilhada pelo grupo de pesquisa, alcançou em torno de 1.000 comunidades, 90% rurais e 10% urbanas, no âmbito de 54 municípios, situados em sete estados, 95% no Brasil e 5% entre Colômbia e Peru. No escopo deste artigo serão versadas de forma sintética as informações obtidas e analisadas junto às comunidades tradicionais situadas no meio rural da Amazônia, que alcança em torno de 950 contextos comunitários.

Domínios e fronteiras do capital na contemporaneidade

Ao contemplar a conjuntura contemporânea, percebe-se a centralidade do movimento de intensificação e expansão do capital, as manifestações da questão social e a dinâmica das políticas públicas no final do século XX e entrada do século XXI. Este fenômeno sócio-histórico, para Castells (1999), indica o marco histórico da transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, representando a *gênese de um novo mundo*, com a instauração de uma modalidade societal nova: a *sociedade do conhecimento* ou *da informação*. A mudança paradigmática suscitou transformações na economia global, no uso intensivo de capital e na força de trabalho, centrada na produção em massa, moldando uma economia sustentada pelo conhecimento intelectual, pela capacidade de formação de redes e intercâmbio de saberes.

A nova face do capital fez emergir na sociedade, em sua amplitude, um novo paradigma técnico-econômico e produtivo: a 4ª Revolução Tecnológica. É mister destacar que o capital, desde seus primórdios, teve como alicerce, para alcançar avanços, os saberes técnico-científicos. Lyotard (1984) indica que no novo paradigma o conhecimento científico é assumido como

principal força motriz; assim, a geração de conhecimentos impulsiona o sistema capitalista como bastião para adentrar novos domínios e garantir sua empreitada. Nessa dinâmica, a reestruturação produtiva alcançou de um jeito devastador o cenário global, ancorada na diversidade de avanços científicos, como as tecnologias de informação e comunicação (TICs), robótica, microeletrônica e informática, que, combinados, formam a indústria 4.0.

Esse fenômeno, seja considerado novo tempo, modelo de sociedade ou paradigma, alardeia o valor do capital intelectual, altera valores, comportamentos, estilos de vida, relações de trabalho e perfil de consumo, convergindo para exaltação do indivíduo. Para Howkins (2013), o feito da sociedade do conhecimento está associado a uma nova retórica, que exalta os imperativos da originalidade e da criatividade, cultua as inovações. Assim, se na sociedade industrial o padrão materialista demarcava os discursos de bem-estar econômico, via satisfação das necessidades básicas, na sociedade pós-industrial preconiza-se maior demanda por serviços, cultivo de valores estéticos e intelectuais, de criatividade e inovação tecnológica, com mudanças justificadas como condição para alcançar qualidade de vida em sociedade.

A sociedade, sob o novo padrão capitalista de produção e consumo, resguarda em seu cerne a contradição original: a relação de dominação e exploração dos homens entre si. Desse modo, acumula múltiplas e complexas problemáticas, ao mesmo tempo em que molda novos contornos no terreno societal. A lógica ordenadora do sistema permanece tendo como resultado a desigualdade social entre classes sociais, com priorização absoluta da ampliação dos níveis de produtividade e geração de riquezas materiais, que redundam em crescimento econômico, em detrimento do bem-estar de vastos segmentos sociais.

Os Estados nacionais, na aliança histórica com o capital e em seu vínculo de interesses, incorporam a onda de políticas neoliberais que põem em ação uma sistemática extinção de direitos trabalhistas, acirrando o grau de desigualdade social e econômica que forja a exclusão social ao limitar o acesso dos cidadãos aos direitos sociais. Assim, verifica-se entre os Estados e suas instituições a tendência de redução de recursos e investimentos para a viabilização das políticas públicas e sociais, limitando o acesso aos bens e serviços sociais e aprofundando o grau de pauperização de vastos segmentos sociais (CHAVES, 2018). Gershenson, Chaves e Pontes (2021, p. 40) indicam que:

[...] balizado sob signo das contradições, o século XXI prossegue numa trajetória (des)compassada por um movimento de intensificação do reordenamento das forças reacionárias e conservadoras que patrocinam, sob o signo da incerteza, insegurança social, redução de oportunidades, anomia, violência e a comodização que envolve o conjunto das dimensões da vida em sociedade.

O percurso do sistema capitalista converge para o acirramento da crise socioambiental, visto que a Revolução Digital, em consórcio com as

políticas neoliberais, multiplica os impactos que afetam as formas de trabalho, suscitando entraves ao desenvolvimento humano (ONU, 2015). A interdependência mundial gerada pela globalização da economia colide frontalmente com as formas particulares de organização da produção e com os valores culturais que ordenam a divisão internacional do mundo do trabalho. A dinâmica acelerada promove consequências danosas ao limitar a empregabilidade pela destruição do emprego em diversos setores, exigindo novos padrões de formação de quadros técnicos sem ampliar os investimentos, assim como investe na desarticulação das redes de trabalho coletivo, criativo e voluntário.

No Brasil, observa-se: o (re)ordenamento das forças de cunho reacionário e conservador que arremetem contra a manutenção dos direitos dos trabalhadores, num avanço exponencial da privatização do patrimônio público; a perda de valores sociais com manifestação de incertezas, insegurança e anomia (identidade política dos trabalhadores), o acesso a bens e serviços sociais, as relações de trabalho (gestão e condições) e o conteúdo do próprio trabalho, com elevação do valor e da composição técnica do capital; e a intensificação e ampliação da violência de toda ordem. Para Iama-moto (2014), os direitos conquistados nas lutas históricas pelos trabalhadores enfrentam franca regressão, com erosão da cidadania social, em face ao desmonte patrocinado pela ação do governo de orientação neoliberal.

Do ponto de vista social, as consequências da ofensiva exacerbada do capitalismo em nível global tornam-se mais prejudiciais aos países e regiões mais empobrecidos, que abrangem 75% da população mundial. Esse contingente (sobre)vive em condições de risco e vulnerabilidade social e ambiental, atingidos pelo processo de exclusão social. Isso porque a taxa de pobreza aumenta em ritmo acelerado, e apenas 20% da população mundial está consumindo, enquanto 82% desperdiçam o que é produzido no mundo, comportamento que acelera a corrida para a desumanização (GALÁN, 2013).

O capital nutre-se e enraíza-se aprofundando o fosso entre ricos e pobres, mas seu poder confronta-se com formas de resistência, como: greves de trabalhadores; luta dos produtores familiares; trabalhadores rurais e *sem terras* pela reforma agrária; ação das mulheres contra a opressão e a violência (patriarcalismo, feminicídio, misoginia) e pelo reconhecimento de seus direitos; amparo aos velhos trabalhadores junto à Previdência; povos originários (etnias indígenas) pela preservação de seu patrimônio territorial e cultural, pelo combate ao etnocídio e dos tradicionais (quilombolas, afrodescendentes, ribeirinhos, extrativistas, entre outros) e pelo respeito às suas raízes e manutenção de seus territórios; garantia do direito à moradia aos *sem teto*; integração dos migrantes, *sem pátria*, numa nova sociedade; professores e estudantes em defesa da educação; jovens em busca de emprego; juventude das periferias das cidades em defesa da vida e de suas expressões culturais; grupos LGBTQIA+ em favor da vida.

O século XXI adentrou sob o peso de reptos históricos, além de agregar novos problemas advindos das inferências do movimento da econo-

mia globalizada que ampliam a questão social. Os impactos na sociedade, de caráter multidimensional, decorrem do modo de produção de bens e consumo, cujo caráter pervasivo afeta os valores culturais, permeando as organizações tradicionais e a dinâmica de usufruto dos recursos naturais e imputando mudanças radicais na configuração dos ecossistemas do planeta.

Em cena, desafios socioambientais e sustentabilidade

As alterações sociais e do ambiente natural ocasionadas pelos impactos do modo de produção e de consumo (de)marcam a trama de uma sociedade hodierna ambientalmente insustentável. Em oposição ao expansionismo do capital, várias formas de resistência ganham força na sociedade, como as manifestações dos movimentos sociais de trabalhadores e da sociedade civil organizada. Essas mobilizações fazem sobressair questionamentos aos parâmetros de desenvolvimento que negligenciam o desenvolvimento humano e social e as práticas baseadas nos princípios de sustentabilidade das sociedades tradicionais.

Para adentrar a discussão sobre a emergência sócio-histórica do conceito de sustentabilidade, faz-se imprescindível, a partir dos parâmetros técnico-científicos, decifrar as implicações sociais da crise ambiental que atinge sobremaneira os segmentos empobrecidos no campo e nas cidades. É possível inferir que as implicações da crise atual atingiram um patamar planetário instituindo uma *crise socioambiental*, fruto da trama complexa de múltiplos fatores, com intensidade variada em cada contexto social. Considera-se que os principais fatores impulsionadores são: padrão de desenvolvimento industrial; existência de riscos e vulnerabilidades ambientais (nuclear, bélico, doenças, catástrofes); padrão destrutivo de apropriação dos recursos naturais (não renováveis e renováveis); ações que impactam os ciclos naturais (águas, solos, clima) e alteram a dinâmica dos ecossistemas.

A crise socioambiental contemporânea revela a indissociabilidade entre a problemática social e a ambiental, tendo em vista que a associação entre estas dimensões da realidade resultam no agravamento e na ampliação da condição de empobrecimento da classe trabalhadora, como resultado do crescimento ilimitado do modo de produção capitalista, que determina a exploração desenfreada e predatória dos recursos naturais (SACHS, 1992; CHAVES, 2018). Há coerência em nominar o fenômeno instaurado na sociedade como crise socioambiental e os impactos antrópicos sobre o ambiente demandam a interface de diversos campos das ciências (naturais, sociais, humanas e exatas), inclusive ao requisitar uma ação orgânica entre as diversas disciplinas numa conjunção que produz a interdisciplinaridade.

Ao longo da história do pensamento científico, a diversidade de estudos conduz à prevalência de vertentes que implicam esquemas explicativos e interpretativos contrários entre si sobre os fundamentos da relação

homem x natureza. Em relação ao desenvolvimento das sociedades, conforme explicita Godard (2002), trilharam três correntes de pensamento que recebem reconhecimento e crédito: a defesa do crescimento e equilíbrio econômico, baseada na teoria neoclássica; a bioeconomia ou economia ecológica; e o ecodesenvolvimento. A vertente que defende o equilíbrio e o crescimento econômico, filiada aos princípios da teoria neoclássica, centra-se nas análises sobre uso de recursos naturais não renováveis ou renováveis e propugna as condições de exploração economicamente ideais, com redução das consequências para o bem-estar social. A bioeconomia, numa representação teórica da atividade econômica, questiona a extrapolação das soluções locais para globais e discute os fenômenos da entropia (examina o grau de desordem sistêmica e a capacidade de absorção de impactos).

O conceito de ecodesenvolvimento, criado por Ignacy Sachs para as reuniões preparatórias da Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (1972), apresenta críticas ao desenvolvimento e suas consequências nefastas ao meio ambiente, à autonomia dos povos, defendendo a superação da desigualdade entre povos e nações e a vida em todas as suas formas na natureza. Suas estratégias abarcam a precaução com a natureza e atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, energia, água, saneamento, saúde e participação política).

Os estudos de Sachs (1992) indicam que o ecodesenvolvimento adquire teor na viabilidade teórico-prática da *sustentabilidade* por sua natureza propositiva, pedagógica e instrumental, delineadas num conjunto de pilares de sustentabilidade (social, cultural, político, ecológico, econômico, geográfico e espacial) para embasar o saber fazer (*savoir-faire*) e a cosmovisão dos grupos sociais, em suas singularidades. As estratégias de sustentabilidade abrangem: a geração de tecnologias apropriadas aos modos de vida; o aproveitamento dos potenciais locais; a criação de mecanismos de produção, alinhados aos ciclos ecológicos; a satisfação das necessidades básicas (materiais e psicossociais); a autonomia dos povos; as formas de trabalho alicerçadas no saber fazer e nos valores socioculturais dos povos tradicionais, resguardando a promoção da cidadania.

A sustentabilidade vai além de um estilo tecnológico, demanda a atuação em favor da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, combatendo as desigualdades sociais e regionais pela superação das formas de discriminação de origem, étnico-racial, gênero e quaisquer outras, enquanto as ações finalísticas de políticas públicas pressupõem mudanças socioinstitucionais e investimento em práticas sociais sustentáveis (SACHS, 1992).

Configuração da sociobiodiversidade na Amazônia

O Bioma Amazônico, pela sua condição de possuir o maior banco genético do planeta, ganhou *status* de símbolo do desafio ecológico, que

envolve a consciência, a utopia e a ideologia ecológicas, como capital-natureza, e configura-se como fonte primordial para a ciência e tecnologia (BECKER, 1994). Porém, a Amazônia, *cantada em verso e prosa*, ainda é uma desconhecida em sua excelência; no Brasil se encontra 60% da Amazônia, e, mesmo sendo patrimônio nosso, sua relevância é incomensurável para toda a humanidade. Além disso, a diversidade biológica dos ecossistemas e a heterogeneidade de povos originários e tradicionais serviram para cunhar o termo sociobiodiversidade.

As organizações dos povos tradicionais (extrativistas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e outros) precisam ser reconhecidas como protagonistas da conservação e do desenvolvimento da Amazônia, haja vista que resguardam saberes e práticas sobre usufruto dos recursos da biodiversidade. É imperioso que seu modo de vida, cultura e práticas sociais sejam acatadas como legado ancestral, portando princípios de conservação dos ecossistemas naturais que requerem mecanismos e medidas de proteção de políticas públicas para inibir a trajetória de destruição *em pauta*. Os modelos de desenvolvimento da Amazônia, desde a colonização, com estratégias diversificadas (ciclo das drogas do sertão, ciclos da borracha, internacionalização, grandes projetos), contudo, com orientações similares em suas premissas, tais como os interesses das elites, sustentaram formas de exploração aviltantes dos amazônidas e interesses exógenos que, sem exceção, acarretam impactos sociais e ambientais irreparáveis.

Desde o processo de colonização do território Amazônico, o padrão de desenvolvimento implantado recorreu a sucessivas políticas de desenvolvimento que amalgamaram interesses das elites regionais, nacionais e internacionais. Os incentivos econômicos serviram para patrocinar a depredação dos recursos de flora e fauna, além de agravar o quadro de empobrecimento dos habitantes da hinterlândia amazônica. O governo brasileiro formulou e patrocinou programas de colonização para a Amazônia na tentativa de desarticular as lutas por terra em outras regiões do país, evitando intervir para mudar a concentração fundiária.

Na década de 1970, a saga desenvolvimentista na Amazônia, com a implantação de grandes projetos (madeireiros, hidrelétricos, minero-metalúrgicos, agropecuários), que foram subsidiados por incentivos fiscais do Estado, ainda repercute seus danos em diferentes dimensões da vida das populações amazônidas. Sob a justificativa de aproveitar o potencial de riquezas existentes, era mister integrar a região ao desenvolvimento nacional, via diversificação da produção, para maximizar a obtenção de riquezas mineiras, vegetais e animais. Contudo, o que ocorreu foi a intensa degradação do meio ambiente.

A Amazônia abriga riquezas incalculáveis e problemáticas gigantescas, tornando-se cenário de grandes projetos. Esses investem na exploração dos recursos para geração de *commodities*, numa visão da região como celeiro de matérias-primas para o capital, que resulta num avassalador processo

de desestruturação das formas tradicionais de organização social e cultural. Num movimento dialético da história, registram-se também diversas formas de resistência e construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente.

No bojo deste processo, o papel do Estado na região, representado pela concretização das políticas públicas do governo Bolsonaro (2019-2022), apresenta práticas que variam entre a “ausência” (negação) de direitos e a “presença” que ordena o processo de ocupação histórico. A ausência é expressa pela limitação de acesso, precariedade ou carência de bens e serviços sociais para atender às necessidades e interesses; desse modo, disseminam-se entre estes povos as condições de vulnerabilidade e risco social. A presença é notória nas ações de impor limites às garantias de direitos aos territórios, na expropriação para concessão aos grandes empreendimentos capitalistas e na predação dos recursos naturais dos ecossistemas ao criar obstáculos para criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Povos tradicionais e formas de resistências na Amazônia

Os povos tradicionais, em seus modos de vida singular, desenvolvem técnicas e tecnologias para manejo dos recursos locais, adotando princípios socioculturais (relações comunitárias, rituais, costumes e tradições) para conservação dos ecossistemas em seus territórios (CARDOSO *et al.*, 2021). A multiplicidade de problemáticas com a expansão do capitalismo enfrenta resistência, seja para superar a precariedade e os limites vigentes na viabilização das políticas públicas, seja pelas reivindicações para obtenção de serviços sociais (saúde, educação, assistência técnica e social, crédito).

A expansão dos mercados globais impôs à região a modernização via 4ª Revolução Industrial e infunde padrões de produção exógenos, que ostentam a lógica perversa de homogeneização para domínio e acumulação, atingindo grupos tradicionais com expropriação territorial e riscos à própria existência sociocultural. O processo de alinhamento imposto pelo capital busca homogeneizar as formas de propriedade, via subsunção real ao capital (MARX, 1978), patrocinando a expropriação da terra e a diversificação produtiva.

O capital avança de maneira transversal sobre os domínios territoriais rurais e urbanos, para expansão de suas relações com a transformação das formas de trabalho não capitalistas em assalariamento por via da subsunção real ao capital ou gerando a subordinação formal. Dessa maneira, podem servir aos propósitos de acumulação via processo de reprodução ampliada (CARDOSO *et al.*, 2021). Na Amazônia, a lógica predatória de apropriação de recursos e de expansão de fronteiras pelo capital causa abalos que alteram o *modus vivendi* dos povos tradicionais e da qual sobrevivem consequências devastadoras às práticas laborais. Dos impactos nocivos

infligidos pelas forças dominantes no campo e nas cidades, emergem: incremento do trabalho precarizado com exploração desenfreada dos trabalhadores; acirramento dos conflitos fundiários com deslocamentos forçados dos povos; destruição dos espaços de vida, não raro, com extermínio físico (genocídio) e das identidades culturais (etnocídio e anomia).

Na Amazônia, para toda e qualquer alternativa de cunho econômico que busque a sustentabilidade, deve-se considerar a manutenção das principais funções ecológicas do ecossistema. Isso porque os processos de depredação do bioma, em seu conjunto, aprofundam a questão social, visto que a pauperização e a vulnerabilidade social são produto das transformações societárias e, na condição de construtos sociais, assumem diferentes contornos de acordo com os condicionantes históricos. Os grupos domésticos familiares na hinterlândia amazônica instituem-se como unidades de produção em que os diferentes membros fazem parte de uma divisão de trabalho que lhes permite não só a reprodução de valores socioculturais, mas também de condições socioeconômicas fundamentais para sua reprodução física.

Ao longo de sua trajetória histórica na região, as comunidades tradicionais amazônicas *numa vida compassada nas danças e rituais, sem se render aos fluxos dos banzeiros dos rios*, alicerçaram modalidades comunitárias de manejo dos recursos naturais, tais como a agricultura familiar, extrativismo vegetal (coleta de frutas, cascas, cipós, óleos) e animal (pesca, caça), e artesanaria. As diferentes formas de produção são resultado do trabalho coletivo, enquanto esforço empreendido pela própria unidade doméstica familiar. Os produtos são destinados para manutenção e usufruto dos grupos domésticos familiares, para trocas na comunidade e intercomunitárias, enquanto os produtos que excedem são destinados à venda. A comercialização permite que as famílias possam obter recursos para comprar mercadorias, sendo comum que se proceda apenas à troca (produtos locais por mercadorias), sem uso de dinheiro.

As comunidades amazônicas constituídas a partir do *corpus* de saberes e práticas que formam o substrato da *cultura cabocla* formam espaços organizativos peculiares no quais seus membros estabelecem o manejo coletivo dos recursos materiais, em bases comunicativas e cooperativas. O intercâmbio entre os homens/mulheres em comunidade é mediado pelo corpo de saberes apreendidos pela transmissão oral ao longo de gerações, que, resguardados e atualizado pelos valores trazidos pela sociedade envolvente, são triados e compõem uma mescla dinâmica de aportes culturais.

As populações caboclas, ao acionarem seus saberes e técnicas tradicionais no manejo dos recursos locais, põem em ação variados mecanismos de resistência às modificações externas, impostas pela sociedade envolvente (economia nacional e internacional), em benefício da continuidade de sua organização social. Neste sentido, o ordenamento concreto de uma comunidade, em certa medida, representa a afirmação explícita da

capacidade de expor suas prioridades e de certificar novos estilos, enfim, de apreender modos de consumo mais adequados às suas necessidades.

A comunidade, como espaço de reprodução social e cultural comum aos diversos segmentos de produtores na região, representa o espaço privilegiado de gestão dos recursos e da criação e reprodução sociocultural e político-organizativa. O modo de vida incide na determinação da identidade sociocultural dos agentes sociais, das relações que estabelecem entre si (nas atividades produtivas, de troca entre os grupos domésticos, nas lutas políticas junto às entidades organizativas), com a natureza circundante e com o contexto externo. Neste sentido, a comunidade detém centralidade como paradigma de análise no estudo.

A interação entre os agentes locais e o meio que os circunda configura-se como um universo multifacetado de muitos contrastes e contradições. É fruto de sucessivos e equivocados planos e projetos desenvolvimentistas e de integração regional, que têm tratado as populações locais e os espaços de modo homogêneo, ocasionando o aumento da pauperização e exclusão de uma parte dos grupos sociais rurais da região, e resultando na limitação ao acesso a bens e serviços sociais.

As comunidades locais são constituídas por grupos sociais diversificados: ribeirinhos, varjeiros, quilombolas, pescadores e extrativistas. A modalidade de ocupação e organização do território por estes grupos em comunidades tradicionais é formada por um conjunto de moradias que se localizam às margens de rios e seus tributários (lagos, igapós, igarapés) e de varjeiros, que formam agrupamentos humanos em terra de várzea (alagáveis durante as enchentes) ou em terra firme (porções de terras que não alagam durante as enchentes). Logo, as comunidades tradicionais instituem espaço organizativo singular, cujo ordenamento concreto expressa a afirmação explícita da capacidade de seus membros exporem sua identidade, suas prioridades, e acessarem o atendimento pelos serviços sociais. Além disso, também de desenvolverem modos de consumo mais adequados às suas necessidades (WAGLEY, 1988; CASTRO, 1997).

Nesta lida, esses sujeitos sociais regem suas vidas de acordo com os ciclos naturais das águas (seca, enchente, cheia e vazante), bem como da reprodução das espécies animais e florestais. A experiência histórica de manejo dos ecossistemas por estes povos os habilita a adquirirem saberes relevantes sobre a conservação e o usufruto que permitem a reprodução sustentável e fortalecem a manutenção da organização sociocultural local. No que se refere às sociedades tradicionais que ainda conservam suas formas de trabalho e gestão compartilhadas e igualitárias em seus territórios, suas lutas extrapolam o acesso às políticas públicas e de incorporação ao circuito do mercado capitalista, pois suas manifestações de resistência focam na autonomia de seus povos (CHAVES, 2018).

As problemáticas vigentes no campo representam uma das faces e/ou expressões da questão social e denotam um vínculo orgânico com

aquelas que se manifestam no meio urbano, como expressão da natureza contraditória da sociedade do capital. Este processo impõe às cidades uma contínua dinâmica de dilatação, em decorrência de uma totalidade articulada de fatores que ocorrem no campo, coadunando o movimento demográfico imposto pelo agravamento da concentração fundiária que impõe uma intensa expropriação territorial.

As políticas públicas editadas na região são distinguidas pelo signo das limitações e precariedades, em razão de restringirem o acesso aos serviços sociais, numa explícita negação de direitos. Por sua natureza neoliberal, não acedem face às necessidades singulares dos povos tradicionais, sem alcançar efetividade significativa no combate à pauperização e no avanço da desigualdade social, impelindo à saída do campo em busca de melhoria nas cidades.

Em meio às pressões do mercado, dialeticamente, revela-se a força de resistência dos segmentos tradicionais, assinalada por suas identidades políticas defensoras do direito à existência, à propriedade e à sociabilidade que diferem frontalmente da lógica capitalista. As identidades políticas revelam-se no pertencimento que exprimem como *Povos das Florestas, das Águas e da Terra*, que se afiliam a diversas entidades representativas, tais como sindicatos, associações e movimento regionais, nacionais e internacionais de trabalhadores rurais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores e outros.

No contexto de incertezas críticas, a sustentabilidade preconiza o combate aos riscos e vulnerabilidades expressando crítica ao *desenvolvimento sustentável* defendido como forma de garantir os avanços do capital, em sua feição verde. Isso porque a sustentabilidade requer a *construção de um sistema social* que garanta segurança socioambiental e atendimento das *necessidades dos povos*. O serviço social na Amazônia, por suas competências e compromissos profissionais, vem construindo uma história relevante em prol do protagonismo social.

Serviço social na Amazônia para o protagonismo social

Este relato sucinto é baseado em conhecimentos produzidos nas ações de pesquisa e extensão universitárias do Grupo Inter-Ação, com recursos e bolsas do CNPq e da Fapeam. O propósito é delinear elementos contributivos para a formação acadêmica, gerar instrumentais técnico-científicos para profissionais do serviço social e produzir subsídios para instituições e projetos inovadores de ações de cidadania voltadas ao protagonismo social dos povos da Amazônia.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o grupo adota o método inter-ação, modalidade de pesquisa-ação: em cada contexto social, envolve uma sequência articulada de ações interdependentes a partir do estabe-

lecimento de acordos prévios, montagem do diagnóstico, plano de ação, monitoramento e avaliação, interpretação analítico-explicativa, publicização e socialização dos resultados. As pesquisas em associação com as atividades de extensão, além de gerar conhecimentos, contribui para formação profissional, pela geração de experiências, novas técnicas, tecnologias sociais, habilidades e mecanismos para construção de soluções viáveis de acordo com as necessidades e interesses das comunidades locais.

No horizonte da Amazônia, a realidade afronta a nossa condição como profissional, por vezes mina a força para um *bom combate*. Todavia, essa *brava gente* não se abate pelo *temor servil* ou aceita de maneira passiva as sobre-determinações, nem se desmobiliza na luta pela transformação das condições adversas. As diretrizes curriculares (DC) do serviço social brasileiro evidenciam que, na qualidade de profissão interventiva em processos societários, as ações profissionais guardam o compromisso precípua de atuar para impulsionar processos de transformações da realidade, em seu padrão de desigualdade de poder e de divisão de classe. Nesta dinâmica de inserção ativa nos referidos processos, o profissional, igualmente, aporta mudanças significativas para si e avança em sua participação cidadã, como agente diligente no processo sócio-histórico constitutivo da formação social brasileira.

Na década de 1970, originado no movimento de renovação, foi constituído coletivamente o projeto político-pedagógico de formação. Esse projeto se alinha e caminha de forma participativa e democrática sob a condução do debate e do diálogo plural, que se expressa como fruto de um processo histórico de maturidade teórico-prática e metodológica. A proposta baliza o cerne do projeto profissional, expressando o compromisso com as lutas sociais; além disso, se afirma no empenho para construção de estratégias críticas e inovadoras, mirando na afirmação e instrumentalização da classe trabalhadora para transformação societária. Os fundamentos para esta abordagem são enraizados e balizados no método crítico-dialético marxista, delineando os núcleos de fundamentos da formação contidos nas DC.

O trabalho profissional no plano da realidade depende da direção social implicada. Entende-se que, no contexto atual, o conjunto dos profissionais e da comunidade científica está sendo desafiado a (re)pensar os parâmetros técnico-científicos, ao considerar a indicação de Castoriadis (*apud* LOSADA, 2009), que havia identificado a necessidade de pensar de novas formas o social-histórico. Assim, mediante o agravamento da questão social, para além de pensar de maneira nova, torna-se imperativo atuar de modo inovador, exercer e exercitar de modo inusitado o trabalho social. No campo da formação, isto implica entabular uma ciência engajada na construção do protagonismo social que avance na posição alinhada de maneira indissociável ao Projeto Ético-Político Profissional.

Desvendar a trama que envolve a questão socioambiental na Amazônia ganha centralidade e relevância nas pesquisas/estudos, no sentido de efetuar uma macroanálise para contextualizar os conflitos geopolíticos en-

quanto processos mais abrangentes. Desse modo, busca-se desvendar a correlação com as ideologias do sistema político-econômico e as imposições do neocolonialismo político-cultural, que redundam em negação de direitos humanos e sociais. Toda e qualquer estratégia de emancipação e desenvolvimento com sustentabilidade na região requer compromisso e respeito à diversidade socioeconômica e cultural de seus povos e aos seus interesses e necessidades (SACHS, 1992; 2002).

Para tal, faz-se procedente decifrar e interpretar essa conjuntura, construindo uma destemida (re)ação e busca por aliados com potencial de tributar essa luta tão necessária e urgente. No desencadear de uma efetiva articulação entre a potência dos saberes identitários e políticos, existe a possibilidade de contribuir para o rompimento de diferentes teias de abuso e exploração arraigados na sociedade. Assim, será possível avançar no papel instrutivo e pedagógico, em suas mais diversas formas e potencialidades, pela habilidade de dar maior capilaridade ao movimento e às mobilizações sociais, alcançando e construindo novas trajetórias, novas trilhas, e possibilitando avanços em defesa da democracia para todos. Tal meta requer acreditar e investir na certeza de *que os sujeitos são construídos na luta e que se (re)constroem nas batalhas*.

Esse legado é muito importante para lançar mão de recursos e forças na ampliação da mobilização, na elaboração de novos saberes, dos laços de afetividade emancipatórios, dos laços de solidariedade, chamando os parceiros tradicionais e os novos, que vêm como aprendizes e mestres. Há um desafio imperativo: o de cobrar o reposicionamento dos representantes eleitos, fazedores de política, inclusive buscando ampliar o diálogo para envolver uma grande massa da população, que percebe, mas que ainda não está engajada, além de conquistar o apoio de grupos diversos (religiosos, políticos e artístico-culturais).

Considerações finais

Esta sinopse de pesquisas constata que entre os/as assistentes sociais, os debates na área de organização sociocultural dos povos tradicionais e a relação com o meio ambiente em suas práticas laborais são mais escassos se comparados a outros temas. Todavia, as competências técnicas obtidas no domínio formativo do serviço social fornecem aos profissionais instrumentais e conhecimentos que podem gerar contribuições relevantes e inovadoras nesta arena de debates. Além disso, podem colaborar na produção e na constituição de políticas públicas direcionadas para estes segmentos sociais, que enfrentam múltiplas formas de negação de direitos de cidadania e exclusão social.

Para arquitetar um projeto que prime pelo protagonismo social, é imprescindível acionar o diálogo democrático e ampliar a participação, insti-

tuindo mecanismos para elucidar, fomentar e ampliar o horizonte da luta, bem como desenvolver um olhar aguçado para perceber, interpretar e agir mediante as múltiplas expressões da questão social. Isso porque esta continua a manter raízes estruturais robustas na (inter)face entre o (neo)colonialismo e a pauta de pendências fomentadas pelas desigualdades socioeconômicas e políticas. O adensamento dos dilemas e desafios advindos da crise socioambiental global alcança proporções civilizatórias, num intrincado jogo de forças em ação. Para além de novas formas de pensar, torna-se imperioso o compromisso de ordenar inovadoras práticas sociais, experimentar o (re)posicionamento crítico seguindo as premissas técnico-científicas de uma ciência engajada. Daí, na empreitada de pesquisa, considerando os compromissos de ordem social, formativa e política, sobrevém a necessidade de aportar ferramentas teórico-metodológicas e de gerar dados qualificados que possibilitem investir na construção de uma trajetória inovadora de abordagem analítica.

Referências

- BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática S.A., 1994.
- CARDOSO, I. C. da C. *et al.* Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, jul./dez. 2021.
- CASTELLS, M. *Era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. *Faces do trópico úmido*. Belém: UFPE-NAEA, 1997.
- CHAVES, M. do P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *Revista Interações*, v. 8, set. 2006.
- CHAVES, M. do P. S. R. Pobreza x inclusão social: dilemas e desafios político, social e ambiental. *Revista ESMAT*, Palmas, v. 10, n. 15, jan./jun. 2018.
- GALÁN, J. H. *Los pobres de mi tierra*. Estados Unidos: Universal Global de Ediciones, 2013.
- GERSHENSON, B.; CHAVES, M. P. S. R.; PONTES, R. N. Análise de conjuntura do contexto atual de retração de direitos e seus impactos na formação e trabalho do assistente social. In: PROCAD AMAZÔNIA 2: FORMAÇÃO E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NORTE E NO SUL DO BRASIL, 2021.
- GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento* – Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002.
- HOWKINS, J. *Economia criativa*. Como ganhar dinheiro com idéias criativas. São Paulo: M Brooks do Brasil, 2013.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- LOSADA, M. *Imaginário radical: proposta de Castoriadis à atual crise dos paradigmas no campo das Ciências Naturais e Sociais*. *Boletim Interfaces da Psicologia*, Rio de Janeiro, 2009.
- LYOTARD, J. *The postmodern condition*. Manchester: Manchester University Press, 1984.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Ciencias Humanas Ltda., 1978.

ONU. *Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Resolução A/RES/70/1. Nova Iorque: UN, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1992.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WAGLEY, C. Antropologias do Brasil: mito, história, etnicidade. *Hispanic American Historical Review*, v. 68, n. 3, 1988.